



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria de Tributação e Fiscalização
Coordenadoria do Imposto sobre a Propriedade
Predial e Territorial Urbana

SICOP: 22176

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO FISCAL

I- PETIÇÃO

O **proprietário** do imóvel abaixo descrito, ou se for o caso, **por intermédio de seu representante legal**, vem requerer **REMISSÃO (IPTU) – MINHA CASA MINHA VIDA**.

Hipótese Legal: Art. 1º da Lei 5.066/2009

II- DADOS DO IMÓVEL (preenchimento obrigatório).

Inscrição: Código do Logradouro (CL):

Endereço:

Bairro: CEP:

III- DADOS DO REQUERENTE (preenchimento obrigatório).

Nome:

CPF/CNPJ: E-mail:

Identidade e órgão expedidor: Telefone(s):

IV- DADOS PARA NOTIFICAÇÃO (preenchimento obrigatório).

Nome:

E-mail:

Endereço:

Bairro: CEP:

V- DADOS DO PROCURADOR (só preencher em caso de procuração).

Nome:

CPF: E-mail:

Identidade e órgão expedidor: Telefone (s):

VI- DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O EXAME DO PEDIDO: (salvo exceções sinalizadas, apresentar original e cópia ou cópia autenticada).

(Preenchimento do
Servidor)
**DOCUMENTO
JUNTADO?**

1- Identificação do requerente:

1.1- Identidade e CPF do proprietário (pessoa física), sócio-gerente ou diretor (pessoa jurídica), do inventariante (espólio);

(S) (N) (NA)

1.2- Termo de Inventariante ou Escritura Pública de Inventariança (no caso de espólio), se a partilha não tiver sido homologada;

(S) (N) (NA)

1.3- Contrato Social, ou Estatuto e Ata de eleição da última diretoria, devidamente registrados (proprietário pessoa jurídica);

(S) (N) (NA)

1.4- Procuração outorgada pelas pessoas indicadas no subitem 1.1 (quando for o caso), contendo poderes específicos para o pleito e com firma reconhecida, ou cópia autenticada de instrumento público;

(S) (N) (NA)

1.5- Identidade e CPF do procurador (quando for o caso);

(S) (N) (NA)

2- Certidão do Registro de Imóveis do imóvel objeto do pedido, expedida no máximo seis meses antes quando o titular não coincidir com o indicado no carnê de IPTU. O promitente comprador só está habilitado se estiver imitado na posse do imóvel e a promessa estiver registrada no Registro de Imóveis;

(S) (N) (NA)

3- Cópia das duas primeiras folhas do último carnê de IPTU recebido (com dados cadastrais do imóvel);	(S) (N) (NA)
4- Autorização do atual proprietário para solicitar o benefício, com firma reconhecida;	(S) (N) (NA)
5- Parecer preliminar da Secretaria Municipal de Habitação, através da Coordenadoria de Fomento à Produção Habitacional, publicado no Diário Oficial do Município, consignando que o projeto de conversão do imóvel se enquadra nos critérios do Programa de Habitação de Interesse Social e que o empreendimento habitacional está inserido na política habitacional municipal, estadual ou federal, destinado à população com renda até dez salários mínimos;	(S) (N) (NA)
6- TERMO DE COMPROMISSO assinado pelo empreendedor declarando comprometer-se a cumprir, até o final do segundo exercício seguinte ao pedido, os requisitos previstos no art. 1º parágrafo 2º do Decreto 32.040/2010 – modelo anexo.	(S) (N) (NA)
● LEGENDA: (S) SIM ; (N) NÃO e (NA) NÃO APLICÁVEL	
VII– Somente após a apresentação dos documentos relacionados no quadro VI autuação do presente processo suspenderá a exigibilidade do crédito tributário na forma prevista no parágrafo único do artigo 79 do Decreto 14.602/96. Este requerimento não afasta a incidência de acréscimos moratórios sobre o tributo, se este for considerado devido, a menos que seja efetuado depósito administrativo na forma prevista no Decreto 14.602/96, artigos 171 § 3º, 173 , 174 - I e parágrafo único.	
VIII– Declaro estar ciente do teor deste requerimento e dos termos constantes no quadro VI. Data: ____/____/____ _____ Nome do Requerente ou Procurador _____ Assinatura do Requerente ou Procurador	Recebido. Data: ____/____/____ _____ Nome, matrícula e assinatura do servidor
IX– TERMO DE EXIGÊNCIA (quando não forem apresentados quaisquer documentos previstos no quadro VI) Fica o requerente notificado de que deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias o(s) documento(s) assinalado(s) com "N" no quadro VI. A impossibilidade de apresentar quaisquer destes documentos deverá ser justificada por escrito. O não cumprimento da(s) exigência(s) no prazo tornará o pedido passível de indeferimento.	
_____ Data: ____/____/____ _____ Nome, matrícula e assinatura do servidor	Ciente da exigência. Data: ____/____/____ _____ Nome do Requerente ou Procurador _____ Assinatura do Requerente ou Procurador (ASSINAR SOMENTE NA PRESENÇA DO SERVIDOR)

PEDIDO DE REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU PARA IMÓVEIS DESTINADOS A PROGRAMAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL.

TERMO DE COMPROMISSO¹

_____, neste ato

(NOME DO REQUERENTE / EMPREENDEDOR)

representado por _____, a fim

(NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA)

de obter remissão das dívidas do IPTU anteriores a 2009 (inclusive) do imóvel situado na _____, inscrito no cadastro

(ENDEREÇO DO IMÓVEL)

do IPTU sob o nº _____, comprometo-me a obter e juntar aos autos deste processo, até o final do segundo exercício seguinte ao pedido, os documentos abaixo relacionados:

- a) comprovação da comercialização do empreendimento para famílias enquadradas nos critérios dos Programas de Habitação de Interesse Social;
- b) expedição do "habite-se" pelo órgão competente;
- c) expedição de parecer técnico conclusivo pela Secretaria Municipal de Habitação, comprovando o enquadramento do projeto nos critérios do Programa de Habitação de Interesse Social.

Estou ciente de que se não forem apresentados no prazo previsto os documentos acima listados, o pedido será indeferido e os créditos tributários devidos serão cobrados com todos os acréscimos moratórios previstos na legislação.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

(ASSINATURA – reconhecer firma)

Nome (legível): _____

Identidade: _____

¹Artigos 4º e 5º do Decreto 32.040 de 24 de março de 2010, com a redação dada pelo Decreto 36.462 de 26 de novembro de 2012.